

**POLÍTICA
EDUCACIONAL
BRASILEIRA
análises e entraves
(Níveis e Modalidades)**



ESTA OBRA FOI IMPRESSA EM PAPEL RECICLATO 75% PRÉ-CONSUMO, 25 %
PÓS-CONSUMO, A PARTIR DE IMPRESSÕES E TIRAGENS SUSTENTÁVEIS. CUM-
PRIMOS NOSSO PAPEL NA EDUCAÇÃO E NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

DEBORA CRISTINA JEFFREY
LUIS ENRIQUE AGUILAR
(ORGANIZADORES)

**POLÍTICA
EDUCACIONAL
BRASILEIRA**
análises e entraves
(Níveis e Modalidades)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Política educacional brasileira : análises e entraves : (níveis e modalidades) / Débora Cristina Jeffrey, Luis Enrique Aguilar (organizadores).
– Campinas, SP : Mercado de Letras, 2012.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-227-0

1. Educação – Brasil 2. Educação e Estado – Brasil 3. Política e educação – Brasil – Análise I. Jeffrey, Debora Cristina. II. Aguilar, Luis Enrique.

12-07488

CDD-379.81

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Política educacional : Análise 379.81

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide

preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS EDIÇÕES E LIVRARIA LTDA.

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

JULHO/2012

IMPRESSÃO DIGITAL

– IMPRESSO NO BRASIL –

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

*Não há saber mais ou saber menos,
mas saberes diferentes.*
(Paulo Freire)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1. IMPLICAÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O CURRÍCULO DA CRECHE/PRÉ-ESCOLA	15
Célia M. Guimarães e Gilza Maria Z. Garms	
2. A QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL NOS ANOS 2000: INICIATIVAS	41
Debora Cristina Jeffrey	
3. DE FIGURANTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA À COADJUVANTE NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: O ENSINO MÉDIO NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS	59
Géssica Priscila Ramos	
4. ACESSO E QUALIDADE NA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DOS ANOS 2000: ENTRAVES E PERSPECTIVAS	81
Giselle Martins Real	

5.	PERCURSOS DA POLÍTICA DE CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NACIONAL PARA JOVENS E ADULTOS	107
	Luis Enrique Aguilar	
6.	UMA DÉCADA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL	119
	Adriana Lia F. de Laplane e Katia R. Moreno Caiado	
7.	A POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA: ALGUMAS REFLEXÕES	143
	Claudia M. de Lima e Franciscaine P.M. de Oliveira	
8.	ENTRE PROMESSAS E REALIZAÇÕES: BREVE AVALIAÇÃO DA EJA NO BRASIL NAS ÚLTIMAS DÉCADAS	163
	Geruza Cristina Meirelles Volpe	
	SOBRE OS ORGANIZADORES E OS AUTORES	189

APRESENTAÇÃO

Entendemos que a temática das políticas educacionais brasileiras tem sido objeto de estudos nos Programas de Pós- Graduação em Educação e em disciplinas de formação de professores, nos Cursos de Graduação, especialmente de licenciaturas.

Além disso, é possível considerar que nas últimas duas décadas as políticas educacionais brasileiras têm sido um espaço fértil para a formulação, implementação e avaliação de ações governamentais em âmbito federal, estadual e municipal, fato que contribui, significativamente, para análise dessas iniciativas, bem como o entrave que os mesmos podem ocasionar nos sistemas de ensino.

Diante dessa perspectiva, o presente livro objetiva retratar a política educacional brasileira no período de 1999 a 2009, configurada no sistema educacional do país em um período de grandes mudanças administrativas e pedagógicas, com relação à educação escolar. Considera ainda, a

política educacional como objeto de análises por meio de ações, de projetos e dos programas desenvolvidos em âmbito nacional, com o intuito de destacar os entraves presentes nesse processo, ao considerar que estes são elementos fundamentais para subsidiar as discussões e aprimorar as análises por meio da teoria, da legislação e da prática da política educacional.

O texto intitulado “Implicações da política nacional de educação infantil para o currículo da creche/pré-escola”, de autoria de Célia Maria Guimarães e Gilza Maria Zauhy Garms, retrata a trajetória da educação infantil no Brasil, entre os anos de 1990 e 2000. O artigo compreende que a política nacional de educação infantil veiculou e veicula uma concepção de criança, de atendimento e de qualidade nem sempre se traduz em práticas educativas cotidianas no âmbito das creches e pré-escolas. Destaca também, alguns pressupostos originados da trajetória e da política nacional da educação infantil, com o propósito de contribuir na construção da identidade de professores e da creche/pré-escola por intermédio de um currículo que imprima a especificidade e a função da educação infantil na contemporaneidade.

O texto de título “A qualidade do ensino fundamental nos anos 2000: iniciativas”, de autoria de Debora Cristina Jeffrey, destaca a qualidade do ensino fundamental e as iniciativas indutoras desse processo, nos anos 2000, com base nos dados do Censo Escolar e IDEB, e do processo de racionalidade técnica e substantiva que caracterizam as políticas educacionais adotadas no período. Evidenciou-se que a aferição da qualidade no ensino fundamental, de fato, é uma questão essencial para a indução das políticas educacionais, não somente no ensino fundamental, mas também nos demais níveis. Entre as principais problemáticas criadas

diante do monitoramento do sistema e da tentativa de indução das políticas educacionais, pode-se identificar a dificuldade existente para se definir o termo qualidade; identificar o nível de responsabilização dos órgãos centrais, intermediários e locais nos resultados obtidos; as formas de adaptação dos sistemas de ensino às práticas avaliativas sistêmicas; as possíveis implicações das avaliações sistêmicas na organização e rendimento escolar.

O texto denominado “De figurante da educação básica à coadjuvante na política educacional brasileira: o ensino médio nos últimos dez anos”, de autoria de Gêssica Priscila Ramos, apresenta uma análise histórica sobre o ensino médio no Brasil, nos últimos dez anos. Para tanto, realiza uma abordagem inicial dos anos de 1990, em seus aspectos político e ideológico, que impactaram diretamente no modelo de política educacional desenhado a partir de 1995 no Brasil. Ainda, indica algumas das principais políticas de ensino médio configuradas nas gestões dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso – FHC- (1995-2002) e de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), buscando analisar nestes, rupturas, manutenções e avanços na gestão do ensino médio. Constatase, no presente texto, que o governo Lula não rompeu com o modelo de política educacional do governo FHC, mas que agiu no sentido de aprofundá-lo e aprimorá-lo, notadamente no ensino médio, que passou da condição de figurante da educação básica para o de coadjuvante na política educacional brasileira.

O texto de título “Acesso e qualidade na política da educação superior no Brasil dos anos 2000: entraves e perspectivas”, de autoria de Giselle Martins Real, explicita as especificidades e os entraves da política brasileira voltada para a educação superior, a partir dos anos 2000. Observou-

se que o foco das políticas de educação superior tem sido a busca por ampliação do acesso e de melhoria da qualidade. Em síntese, o trabalho aponta que a potencialização do poder indutor da avaliação na qualidade da educação e ampliação dos investimentos públicos constituem-se nos principais entraves da política de educação superior para os próximos anos.

O texto intitulado “Percursos da política de construção de um projeto político pedagógico nacional para jovens e adultos”, de autoria de Luis Enrique Aguilar, apresenta os percursos da política de construção de um projeto político pedagógico nacional para jovens e adultos (EJA), que se baseia na articulação com a educação profissional. O artigo problematiza essa questão com base em quatro variáveis: o processo globalizador, a reestruturação produtiva, as dinâmicas da avaliação dos sistemas educacionais e sua relação com o desenvolvimento mundial.

O texto denominado “Uma década de educação especial no Brasil”, de autoria de Adriana Lia Frizman de Laplane e Katia Regina Moreno Caiado, analisa a política de educação especial na última década, por meio da discussão dos principais documentos que afetaram as práticas da área. O trabalho aborda também aspectos da implementação da política de educação especial do ponto de vista de gestores e professores da rede estadual de ensino.

O texto sob o título “A política nacional de formação de professores a distância: algumas reflexões”, de autoria de Claudia Maria de Lima e Francisnaine Priscila Martins de Oliveira, realiza considerações a respeito das atuais políticas de formação de professores, discutindo o lugar ocupado pela educação à distância no quadro da expansão da educação superior no Brasil. Com base no estudo bibliográfico e análise

de Documentos Oficiais que fundamentam a criação do sistema nacional de formação de professores a distância, representado pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), o artigo se propõe a nos propomos a refletir e problematizar o atual cenário da formação de professores a distância, ao considerar os entrelaçamentos existentes entre a política nacional de formação de professores a distância e as políticas de expansão do ensino superior delineadas a partir do final da década de 1990, num contexto de Reforma do Estado brasileiro.

O texto intitulado “Entre promessas e realizações: breve avaliação da EJA no Brasil nas últimas décadas”, de autoria de Geruza Cristina Meirelles Volpe, destaca, a partir do amplo conceito de Educação de Jovens e Adultos (EJA) – que abarca uma multiplicidade de processos formais e informais de aprendizagem e de educação continuada, ao longo da vida, o contexto educacional brasileiro dessa modalidade, com base nos indicadores educacionais oficiais, legislação educacional e principais programas implementados, entre os anos de 1990 e 2000.

Os artigos apresentados procuraram configurar a política educacional brasileira, entre os anos de 1999 a 2009, através da análise dos níveis e modalidades de ensino, tendo como pressupostos a teoria, a legislação educacional e a prática educativa que as configuraram, contribuindo às reflexões e análises na área da educação, especificamente no que se refere à política educacional brasileira.

Os organizadores